

QUAL É A FACE DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA? UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA E ECONOMETRICA

ÁREA 6: Economia Social e Políticas Públicas

Janete Leige Lopes

Professora Adjunta da UEPR – Universidade do Estado do Paraná, campus Campo Mourão.
Avenida irmãos Pereira, 2211, centro, 87300-010 – Campo Mourão – Pr.
Telefones: (44) 3016-3737 e (44) 9102-0405

J_lopes@yahoo.com.br

Rosangela Maria Pontili

Professora Assistente da UEPR – Universidade do Estado do Paraná, campus Campo Mourão.
Av. Guilherme de Paula Xavier, 295, apto 292, centro, 87302-050-Campo Mourão-Pr.
Telefone: (44) 9917-3563

rpontili@yahoo.com.br

Silvia Regina de Souza Martins

Economista forma pela UEPR-Universidade do Estado do Paraná, campus Campo Mourão.
Avenida Amazonas ,671, - Jardim Lindóia, Goioerê/PR, CEP: 87.360-000.

Telefone: (44) 3522-5566

silvinha_martins@hotmail.com

Resumo

De acordo com Rocha (2010), embora a proporção de pobres no Brasil tenha caído de 33,2% em 2004 para 22,9% em 2008, ainda havia no Brasil, em 2009, 40,5 milhões de pessoas vivendo em estado de pobreza e, 9,6 milhões de pessoas, em estado de indigência. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo investigar a probabilidade de uma pessoa, residente no Estado de Santa Catarina, pertencer à classe pobre ou indigente. Para tanto, considerou-se nesta análise, a idade, o sexo, a zona de residência, os anos de estudo e, a cor ou raça das pessoas. A base de dados utilizada foi da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2009. As principais conclusões deste estudo foram: a) conforme aumenta a idade, maior a probabilidade de uma pessoa pertencer à população pobre ou indigente, contudo quando se considera uma idade “mais avançada”, acima, mais ou menos de 28 anos, então a probabilidade de uma pessoa pertencer à população pobre ou indigente, se reduz; b) as mulheres são mais propensas de pertencerem a essa classe pobre ou indigente do que os homens; c) em relação à zona de residência os moradores da área rural têm maior probabilidade de pertencer à classe pobre ou indigente quando comparados com os que vivem na zona urbana; d) quanto mais anos de estudo tiver uma pessoa menor a probabilidade, desta pertencer à classe pobre ou indigente; e) com relação à cor ou raça, este estudo revelou que pessoas de cor branca apresentam menor probabilidade de serem pobres ou indigentes, em relação às pessoas não brancas, ou seja, as de cor ou raça parda, amarela, negra ou indígena. Em função do acima exposto sugere-se, políticas públicas de desenvolvimento regional, que promovam a inclusão social, principalmente no que diz respeito à distribuição da renda e da riqueza.

Palavras-chave: Pobreza; Indigência; Modelo *próbite*.

1. Introdução

Embora pobreza e miséria, sejam consideradas tão antigas quanto a humanidade foi somente a partir da Revolução Industrial que ambas passaram a serem vistas com maior preocupação e a serem alvos de investigações com o objetivo de identificar sua causa e dimensão (CODES, 2008).

Katz *apud* Schwartzman (2007) salienta que na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, as pessoas pobres eram distribuídas através de um conjunto de provisões legais, para reduzir os efeitos da pobreza, na época chamado de *poor laws*. As pessoas eram classificadas como pobres involuntários e voluntários, sabendo que o primeiro termo se dava àquelas pessoas que teriam ficado órfãs, doentes ou viúvas. Já pobreza voluntária seria aquela em que pessoas saudáveis não queriam trabalhar para se manter. No mesmo período da Revolução Industrial, durante o século XIX, alguns estudiosos Ingleses e Americanos faziam pesquisas classificatórias para a pobreza e mendicância. Assim, classificavam a pobreza como uma condição natural, ocorrida com pessoas que, em situações especiais ficavam desvalidas e merecedoras de amparo. Enquanto isso, a mendicância era uma deformação de caráter, por isso, indigna de apoio e ajuda.

Para Malthus *apud* Schwartzman (2007), a pobreza adivinha da velocidade de como as pessoas se reproduziam e a vagareza com que a produção de alimentos crescia a pobreza poderia ser controlada se os pobres tivessem menos filhos.

Conforme estudos realizados por Crespo e Gurovitz (2002), o conceito de pobreza foi amplamente discutido na literatura no decorrer do século XX. Até a década de 1950, a pobreza era entendida como falta de renda para suprir somente a manutenção do rendimento físico dos indivíduos. A partir de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) verificou que a pobreza faz com que a população sofra a ausência de necessidades básicas como saneamento básico, saúde, educação e cultura.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), a partir de 1970, a pobreza passou a estar ligada às necessidades básicas e associou-se a ausência de serviços como água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples.

Crespo e Gurovitz (2002) ainda ressaltam que na década de 1980, a pobreza era entendida como uma privação relativa, dando a seu significado uma visão mais abrangente e

rigorosa, enfatizando-se o aspecto social. Assim, sair da linha da pobreza significaria ter um regime alimentar adequado, certo nível de conforto, assim como o desenvolvimento de papéis e de atitudes sociais adequados. Ao mesmo tempo, porém, contrapondo-se a este conceito, tinha-se a tese, muito apreciada pelas instituições multilaterais de crédito, sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Essa tese ficou conhecida como “Consenso de Washington”.

Barros *et al* (2001) salientam que, além dessas necessidades, existem pesquisas que definem a pobreza como uma situação de carência, em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente. Assim, a linha da pobreza pretende ser o parâmetro que permite à sociedade considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem num estado permanente de carência. Eles também entendem que, para que ocorra a redução da pobreza é necessário o crescimento da renda *per capita* ou a distribuição igualitária da renda, isto é, uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade.

Aguiar e Araújo (2002) ratificam este pensamento entendendo como pobres aquela parte da população que vive sem teto. São crianças e adolescentes pedindo esmolas ou praticando pequenos furtos, bairros sem saneamento básico, milhares de pessoas sem estudo, desempregados, morando em favelas, palafitas, gerando a cada dia violência urbana e traficando de drogas, são os flagelados do frio ou da seca. A mortalidade infantil, a desnutrição e a fome são fatores que proporcionaram a miséria e a pobreza.

Já para Diniz e Arraez (2003), o conceito de pobreza envolve variáveis de natureza cultural, histórica, social, filosófica e mesmo religiosa. No enfoque da economia, a pobreza possui um caráter material, que significa em última instância um estado de carência em relação a certo padrão mínimo, estabelecido socialmente, de necessidades materiais que devem ser atendidas em cada momento por um indivíduo. Sob este enfoque, a questão fundamental é determinar a linha demarcatória para esse padrão mínimo que possa mensurar a pobreza.

Para Costa (2008), para definir a pobreza é preciso subdividi-la em três partes: pobreza extrema (ou absoluta), pobreza moderada e pobreza relativa. A *pobreza extrema* é definida por aquela onde as famílias não têm acesso aos meios básicos de sobrevivência, como saúde, alimentação, água potável, saneamento básico, moradia, vestimentas, e até mesmo calçados. A *pobreza extrema* é encontrada nos países em processo de desenvolvimento. A *pobreza moderada* ocorre quando as necessidades básicas são supridas, mas com muita dificuldade,

enquanto a *pobreza relativa* é definida como uma renda familiar abaixo da média nacional.

Em se tratando de pobreza extrema, Robinson (2006) *apud* Costa (2008, p.8) diz que a pobreza extrema é a grande negação de se exercer os direitos humanos, pois, não é possível votar, não existe participação na atividade política, as opiniões da população não são consideradas, as pessoas não se alimentam e não possuem abrigo. Além disso, os filhos falecem de doenças que poderiam ser evitadas, não se tem o direito à água potável e, enfim, nega-se a dignidade e o valor de cada cidadão.

A conclusão que se chega é a de que, segundo Sen (2001) *apud* Saldanha (2003), não se está livre para conceituar e caracterizar a pobreza, pois as associações existentes restringem a natureza do conceito. A autora ainda ratifica que não se sabe definir o que é ser um pobre realmente e, ainda, que se soubesse, não haveria formas de identificar com certeza se uma pessoa é ou não pobre, o que realmente existe são um conjunto de aproximações que podem levar à possível definição da pobreza.

Diante do acima exposto, este estudo tem como objetivo, demonstrar através de análises estatísticas e econométricas, qual é a face da pobreza e da miséria no Estado de Santa Catarina. Para tanto, optou-se por dividi-lo em 5 seções, além dessa introdução. Na segunda seção faz-se uma explanação da pobreza e da indigência no Brasil. Na próxima seção, apresenta-se a metodologia e a base de dados utilizada no trabalho. Na quarta seção, apresenta-se uma análise dos fatores que influenciam uma pessoa a pertencer à classe pobre ou indigente do Estado de Santa Catarina (seção 4.1) juntamente com os resultados do modelo econométrico (seção 4.1). Finalmente, na seção 5 encontram-se as principais considerações do trabalho.

2. Pobreza e Indigência no Brasil

Nas últimas décadas, comenta Barros *et al* (2001), o Brasil, tem apresentado elevados níveis de pobreza, confirmando a herança histórica da injustiça social, que excluiu parte de sua população ao acesso e às condições mínimas de dignidade. Os autores entendem que nosso país não é um país pobre, mas com muitos pobres e, ainda, os altos níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade de inclusão econômica e social. Para os autores durante os últimos 20 anos, a pobreza e a indigência têm evoluído muito e a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do IBGE, é possível observar a verdadeira realidade dos padrões de vida da sociedade brasileira. Os autores também revelam que na década de 90, em torno de 14%

das famílias brasileiras viviam com renda inferior a linha de indigência e 34% com renda abaixo da linha da pobreza.

Saldanha (2003) comenta que durante a colonização portuguesa no Brasil, ocorreram diversos problemas entre a população indígena e os europeus que chegavam a nosso país, uma vez que os colonizadores tentavam aqui estabelecer uma base econômica, sustentada pela propriedade privada da terra, pelos meios de produção, e pela escravidão da mão-de-obra local. Sendo assim, não ocorreria uma conciliação entre as diferentes culturas, pois, não era essa a característica dos habitantes das terras brasileiras. Mesmo assim, os portugueses ainda tentaram escravizar índios, para suprir a necessidade da mão-de-obra na exploração das riquezas da terra descoberta, porém, os índios não tinham o hábito em trabalhar de uma forma tão intensa diariamente. Infelizmente o Brasil possui essa herança da escravidão que foi por muitos séculos a base da economia Nacional.

A autora ainda ressalta que, o que ocorreu entre as diferenças de cultura da civilização européia e dos indígenas, foi o insucesso dos colonizadores. Mas, apesar de não se deixar dominar pelo trabalho escravo, a população nativa sofreu várias consequências, sendo vítimas de ataques que os levaram a deixar suas tribos, pois os colonizadores resolveram trazer negros da África e começaram a perseguição pela posse de terras, invadindo territórios, em busca de riquezas. O resultado de todo esse processo devastador durante o descobrimento do Brasil é de que havia mil culturas indígenas no país, hoje restam apenas 140.

Entende-se assim que a escravidão foi um dos sistemas mais destruidores já implantados na economia brasileira por ter institucionalizado a crueldade e desonra dos negros africanos, fazendo dos escravos a base de sustentação da economia latifundiária. Ao mesmo tempo, os prisioneiros desprezados e humilhados sob todos os aspectos da dignidade humana, sem direitos a participação alguma na riqueza que eles mesmos ajudaram a gerar.

Segundo Saldanha (2003), intensos movimentos foram levantados em prol da libertação dos negros durante o período de 1879 a 1888, quando ocorreu a libertação dos escravos. Estima-se que durante o ano de 1870 havia no Brasil, 2 milhões de escravos. Neste período, os filhos menores tinham direito à liberdade pela Lei do Ventre Livre. Porém, dividiam com os pais seus sofrimentos e estavam sujeitos ao cativeiro até vinte e um anos de idade.

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicados - IPEA, (2000) existe uma relação desproporcional entre a participação de negros e brancos na população total e na população pobre. Atualmente, a população negra e parda representa 45% da população total, porém entre a população pobre ela representa 64%. Os Brancos correspondem a 54% da população total, constituindo apenas 36% da população pobre.

Para Saldanha (2003), o aspecto racial tem grande responsabilidade sobre o problema da pobreza no Brasil, pela desigualdade de oportunidades.

Do ponto de vista de Arbache (2003) a pobreza no Brasil está bastante associada à péssima distribuição de renda, e atinge principalmente crianças e trabalhadores em atividades informais, e em regiões menos desenvolvidas. A persistência e até aumento da pobreza e da desigualdade de rendas nas últimas décadas levou aos crescentes questionamentos sobre os diagnósticos da pobreza e eficácia das políticas sociais, o que deu escopo a uma nova agenda de pesquisas sobre a pobreza. Essa agenda levou à formulação de novas políticas sociais, as quais se baseiam numa visão muito mais complexa e integrada sobre a pobreza e propõe formas alternativas de combatê-la, indo além das ações compensatórias e do crescimento da economia. É nesse contexto que aparecem, ainda que de forma incipiente, discussões sobre os mercados dos pobres e sua integração com o restante da economia.

Barros *et al* (2001) enfatiza que a justificativa de elevados níveis de pobreza no Brasil, nas últimas décadas, tem como fator determinante a desigualdade na distribuição de renda. Por meio de simulações, analisaram os impactos do crescimento econômico e da redução do grau de desigualdade na distribuição de renda. Verificaram, assim, que os níveis de pobreza são mais sensíveis ao último determinante do que ao primeiro, mas ainda assim, o combate à pobreza no Brasil sempre esteve mais relacionado aos efeitos do crescimento econômico, deixando em segundo plano os efeitos das estratégias na redução da desigualdade.

Segundo Barros *et al* (2001), com o aumento da população, mesmo havendo uma queda no grau da pobreza observada anteriormente, o número de pobres elevou-se em cerca de 13 milhões, passando de um total de 41 milhões em 1977, para 53 milhões em 1999. Durante a crise de 1984, chegou-se a ter 64 milhões de pobres no Brasil, e 38 milhões em 1986.

Rocha (2000) considera que após a execução do Plano Real ocorrida em julho de 1994, ocorreram várias mudanças positivas em prol da atividade econômica e da renda brasileira, pois, no período anterior de 1983 a 1993 ocorreu uma redução na renda *per capita*, o que foi o oposto às expectativas esperada por conta da época do “milagre” que ocorreu em 1968 até 1973, quando se acreditava que o Brasil iria acabar com a pobreza absoluta, ingressando para o grupo das nações modernas e prósperas da época.

A autora coloca que o Plano Real tinha o objetivo de estabilizar os preços, mas também conseguiu reduzir os níveis de pobreza do país, uma vez que houve um efeito combinado da liberação do comércio exterior, da boa safra agrícola e da alta dos preços dos *non-tradeables*¹,

¹ Não comercializáveis

dando possibilidades de ganhos reais para a mão-de-obra menos qualificada. No ano de 1995 foi impossível continuar a redução da pobreza, em face da situação macroeconômica que o país estava passando, pois tinha uma taxa de câmbio sobrevalorizada e os déficits públicos aumentavam a cada dia. Em 1997 houve um grande aumento da população nas grandes metrópoles, em torno de 25% da população brasileira, ocasionando perdas em postos de trabalho e redução nos rendimentos dos indivíduos com menor escolaridade sendo a causa provável do aumento da pobreza absoluta e da desigualdade.

Barros *et al* (2001), ressaltam que mesmo o Brasil sendo um país com muitos pobres, nossa população não está entre as mais pobres do mundo, pois 64% dos países do mundo que possuem renda *per capita* inferior a brasileira. Fazendo uma comparação com os outros países, o Brasil está entre o 1/3 mais rico dos países do mundo, por isso não se pode considerá-lo como um país pobre.

Sobre a distribuição de renda, Crespo e Gurovitz (2002) afirmam que a relação entre renda e capacidade é demasiadamente afetada pela idade de cada pessoa, pois para os idosos existem as necessidades específicas e para os jovens a responsabilidade da maternidade precoce, além das obrigações familiares muitas vezes determinadas culturalmente. Como se não bastasse, além da idade existe a localização (propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e populosos), pelas condições epidemiológicas (doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais as pessoas não podem ter controle ou existe um controle limitado.

Os autores expõem que desvantagens como idade, incapacidade ou doença diminuem o potencial para o indivíduo auferir renda. Ainda, é mais difícil converter capacidade em renda, já que um idoso, que se encontra menos capacitado, ou uma pessoa enferma necessitam de mais renda, para assim voltarem a sua rotina normal e obterem os mesmos retornos.

Ainda, tratando a renda como uma das fontes da pobreza, Pochmann (2004) expõe através de pesquisa realizada em 2001, que dos jovens que pertenciam a famílias de baixa renda, apenas 41,4% possuíam empregos assalariados e somente 25,7% dos assalariados tinham contrato formal. Afirma ainda, que a maior exclusão em relação aos benefícios da legislação social e trabalhista ocorre entre os jovens de baixa renda no Brasil. Verifica-se, ainda, que existe uma forte desigualdade entre os jovens de renda elevada em relação aos os jovens com renda menor que ocupam 46,2% do trabalho doméstico.

A má distribuição de renda gera vários conflitos sociais que agravam ainda mais a situação da pobreza, dentro eles o trabalho infantil, que está condicionado a esses fatores. Schwartzman (2007) salienta que, em 2001, 6,25 milhões de crianças e adolescentes com

idade entre 10 e 17 anos trabalhavam no Brasil. A legislação brasileira, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, aprovada em 16 de dezembro de 1998, proíbe o trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, sendo permitido o trabalho a partir dos 14 anos, mas na condição de aprendiz. Além disso, para os adolescentes de 16 a 17 anos é proibido o trabalho em atividades, insalubres, perigosas, ou penosas, o trabalho noturno, os trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas e, ainda, os trabalhos em ambientes que agridam o estado psíquico, moral e social.

Carvalho (2004) salienta que a pobreza e as desigualdades sociais atingem com persistência a população infanto-juvenil no Brasil, pois os jovens trabalhadores pertencem, geralmente, às famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Evidencia-se, assim, que a própria pobreza contribui para que as crianças sejam expostas a situações de risco, violência e exploração, em condições penosas e degradantes.

Para Satyarthi (2006) *apud* Lopes, Souza e Pontili (2008), o trabalho infantil está ligado à pobreza e ao analfabetismo, uma vez que a pobreza gera o trabalho infantil e vice-versa. Deste modo as crianças que trabalham dificilmente deixarão de ser pobres e, conseqüentemente, seus filhos irão trabalhar precocemente e serão pobres também.

A natureza da pobreza está diretamente ligada ao conceito de privações e esta abrange duas noções distintas e diversas que são os “sentimentos de privação” e as “condições de privação”, conforme expõe Sen (1992) *apud* Saldanha (2003). Esta última descreve a situação na qual as pessoas possuem certos atributos desejáveis, menos que outras, sejam de renda ou boas condições de emprego e poder.

Para Schwartzman (2007), a ineficácia na distribuição renda gera vários fatores que caracterizam a pobreza como, por exemplo, a exclusão social, pois através dela se origina vários fatores que contribuem para o não desenvolvimento da sociedade, como a falta de expectativa, o trabalho informal, o desemprego, a falta de segurança dentre muitos outros. Ainda na mesma linha de pensamento Rogers (1995) *apud* Dupas (1998) relatam que a exclusão social vem incluída não só pela falta de acesso de bens e serviços, mas também a segurança, a justiça, a cidadania. Ela está relacionada às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas.

Lopes (2006) trata a exclusão social como um fator de causalidade e diferenciado da pobreza, pois esta é uma condição produzida na emergência do neoliberalismo, caracterizada pela estratégia determinada por aqueles que fundam e reproduzem os jogos contemporâneos de mercado, trabalho, Estados, poder e desejos.

De acordo com Costa (2008), algumas teorias a respeito de pobreza definem que ela

está ligada ao bem-estar indo muito a frente da renda como justificativa única de pobreza. A partir de relatórios elaborados pelo PNUD, propostos por Amartya Sen, (1992) pode-se classificar pobreza como uma privação de capacidades, que se refere à liberdade de se alimentar satisfatoriamente, adquirir um nível de vida adequado, não sofrer uma morte prematura, ler e escrever. O Índice de Pobreza Humana (IPH) elaborado pelo PNUD considera três fatores essenciais que mensuram diferentes privações em que a população pobre é submetida, como por exemplo, a vulnerabilidade, a morte, a falta de educação elementar e a ausência de níveis satisfatórios de vida.

O que poderia diminuir a pobreza no Brasil segundo Schwartzman (2007) seria a educação, ou melhor, consiste em um dos fatores que poderia contribuir, mas existem sistemas educacionais no país que não favorecem a todos. O autor salienta que, se todos os estudantes tivessem acesso ao mesmo tipo de educação e conseguisse concluir a educação secundária em igualdade de condições, as oportunidades seriam iguais para todos, mesmo em um mercado de trabalho tão restrito como o atual. O autor analisa que a qualidade da educação nas escolas públicas não são iguais para todos nos níveis fundamental e médio e, ainda, ressalta que as melhores escolas são as particulares, que são acessíveis para famílias de classe media alta.

Pochmann (2004) ressalta que os níveis de educação no Brasil melhoraram a partir da década de 90, reduzindo a taxa de analfabetismo e aumentando o nível de escolaridade. Além disso, a expectativa de vida da população aumentou também. Paralelamente, acentuaram-se os níveis de desemprego. Para o autor a persistência do desempenho ineficiente o mercado de trabalho, levou à exclusão dos mais pobres dos empregos que necessitavam de trabalhadores com nível educacional mais elevado. Todos esses fatores contribuem para o aumento da pobreza no Brasil.

Outro aspecto bastante preocupante, salientam muitos pesquisadores, diz respeito ao crescimento da pobreza no Brasil. Sabe-se que durante os últimos 30 anos houve uma queda da pobreza no Brasil, e mesmo assim a situação ainda não deixa de ser preocupante, principalmente quando se leva em consideração a renda *per capita* brasileira, pois, existem países com renda similar à nossa e os níveis de pobreza apresentam-se em menores proporções.

Conforme estudos realizados por Rocha (2003), a década de 70 ocorreram significativos crescimentos econômicos, que por sua vez pode reduzir em 68,70% dos pobres e em 1980 para 35,30%. A autora ainda destaca que as taxas de pobreza são ainda mais reduzidas para o Estado de São Paulo com 17,5% e muito mais elevado para região Nordeste, onde 59,4% da

população viviam abaixo da linha da pobreza, isso significa que 49,17% das pessoas pobres do Brasil residiam no Nordeste.

A autora expõe que a redução da pobreza foi maior na área rural, consequência do desenvolvimento da agricultura e também dos movimentos migratórios em direção aos centros urbanos, no ano de 1970, 51,49% dos pobres viviam nas áreas rurais, reduzindo estes números para 42,13% em 1980. Para alguns autores a década de 80 foi palco de muitas dificuldades econômicas como a crise na balança de pagamentos resultante da crise do petróleo e da crise do México em 1982.

Arbache (2003) diz que o agravamento das finanças públicas fez com que as campanhas de combate a pobreza passassem a se concentrar em programas de distribuição de cestas básicas e de leite na época. Para o autor o que ocorre no Brasil é que, nos últimos anos, as políticas de combate a pobreza no país esteve concentrada em políticas públicas compensatórias e assistencialistas do que em políticas sustentáveis.

As políticas de redução da pobreza não devem concentrar-se apenas no crescimento, coloca Barros *et al* (2001), e argumenta ainda que erradicação da pobreza requer políticas que priorizem a desigualdade renda

3. Metodologia e Base de dados

Embora a pobreza seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, neste estudo pobreza e indigência estarão associadas somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas de um indivíduo. Para Loureiro e Suliano (2009, p. 5) “um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Esta definição de pobreza é amplamente utilizada como critério de concessão de benefícios para programas governamentais voltados para a população vulnerável. Já a linha de indigência é definida em $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo por mês”.

3.1 Metodologia: modelo econométrico e econômico

Com o objetivo de verificar qual a probabilidade de uma pessoa pertencer à classe da população pobre ou indigente, esse trabalho fez o uso de um modelo de escolha qualitativa, apresentando como variável dependente ou de resposta *Y*, pois, através desta variável, será possível verificar qual a probabilidade de uma pessoa pertencer a classe pobre ou indigente da

população analisada.

Conforme Gujarati (2006), quando se tem um modelo em que Y é quantitativo, o objetivo é estimar o valor esperado ou médio, dados os valores dos regressores. Nos modelos em que Y é qualitativo o objetivo é encontrar a probabilidade que algo aconteça, portanto, os modelos de regressão de escolha qualitativa são muitas vezes denominados *modelos de probabilidade*.

Segundo o autor existem três abordagens para formular um modelo probabilístico, *modelo de probabilidade linear, modelo logit, e o modelo probit*. Para realização deste trabalho fez-se uso do modelo *probit*, da forma:

$$\frac{\partial E(Y)}{\partial X} = \phi(\beta'x) \cdot \beta$$

Observe que $\partial E(Y_i)/\partial X$ não é β como na regressão linear, mas é o produto do parâmetro estimado pela função de densidade da distribuição normal. A rigor, a expressão acima é válida para o caso de X_i representar uma variável contínua. Se a variável explanatória for uma binária, cujos valores são 0 ou 1, os efeitos marginais são obtidos por:

$$\text{Prob}(y = 1 | \bar{\mathbf{x}}, d = 1) - \text{Prob}(y = 1 | \bar{\mathbf{x}}, d = 0)$$

onde $\bar{\mathbf{x}}$ é a média de todas as outras variáveis e d é a variável explanatória binária.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é calcular, a probabilidade de uma pessoa pertencer a classe pobre ou indigente.

Considerando que Y é a variável dependente, que pode ser representado da seguinte forma:

$Y = 0$ quando uma pessoa não era considerada pobre ou indigente

$Y = 1$ quando uma pessoa era considerada pobre ou indigente

Dito de outra forma,

Probabilidade $(Y_i/X_i) = 1$, se a renda familiar per capita for $\leq 1/2$ salário mínimo

Probabilidade $(Y_i/X_i) = 0$, se a renda familiar per capita que for $> 1/2$ salário mínimo.

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot X_{1i} + \beta_2 \cdot X_{2i} + \beta_3 \cdot X_{3i} + \alpha_1 \cdot D_{1i} + \alpha_2 \cdot D_{2i} + \alpha_3 \cdot D_{3i}$$

Onde: $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \alpha_1, \alpha_2, \alpha_3, \alpha_4, \alpha_5$, são parâmetros a serem estimados,

X_1 = variável quantitativa de representa a idade de uma pessoa

X_2 = variável quantitativa de representa a idade elevada ao quadrado

X_3 = variável quantitativa que representa o número de anos de estudo de uma pessoa

D_1 = variável *dummy* que representa ser da cor ou raça branca

D_2 = variável *dummy* que representa a área

D_3 = variável *dummy* que representa o sexo

Além da estimação do modelo *probit* acima descrito, este estudo também fará uma análise estatística descritiva de gráficos e tabelas que pretendem caracterizar as populações pobres e indigentes do Estado de Santa Catarina. Para Martins; Donaire (1988), a análise estatística descritiva baseia-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procurando inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada.

3.2 Base de dados

A base de dados escolhida para obter as variáveis mencionadas refere-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2009. Segundo os dados da PNAD/2009, o Brasil conta com uma população de 189.952.795 milhões de habitantes, dos quais 6.159.456 milhões residem no estado de Santa Catarina. Assim o trabalho aqui apresentado fez uso do banco de dados da PNAD/2009, subtraindo-se do mesmo somente a população do Estado de Santa Catarina. Para fazer a seleção do banco de dados e análise estatística dos mesmos utilizou-se o *SAS for Windows V8*.

4. Resultados e Discussões

Nas seções 4.1 e 4.2, que se seguem são apresentadas as análises estatísticas do quadro socioeconômico da população que vive em níveis de pobreza e indigência no Estado de Santa Catarina e a análise econométrica da influência da pobreza e da indigência no Estado de Santa Catarina.

4.1 Perfil socioeconômico das pessoas pobres e indigentes do Estado de Santa Catarina.

Segundo os dados da PNAD/2009, o Estado de Santa Catarina conta com uma população de 6.159.456 milhões de habitantes, dos quais, segundo apresentado na Figura 1, 258.513 vive como indigentes, o que corresponde a 4,2% do total da população catarinense e 533.727 vivem na pobreza, representando 8,67% desta população.

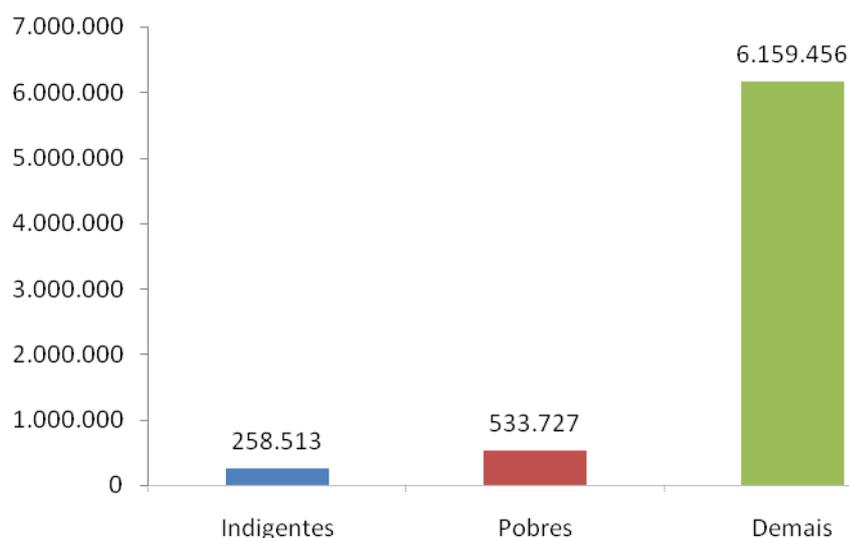


Figura 1 - População pobre e indigente de acordo com a população catarinense

Fonte: PNAD, 2009.

Na Figura 2 apresenta-se o percentual da população que vive a níveis de pobreza e mendicância nas áreas rurais e urbanas. Do total da população classificada como pobre, ou seja, 533.727 milhões de pessoas, 27,18% residem na área rural e 72,82% na área urbana. Já com relação à população indigente, 33,26% residem da zona rural e 66,74% residem nas áreas urbanas.

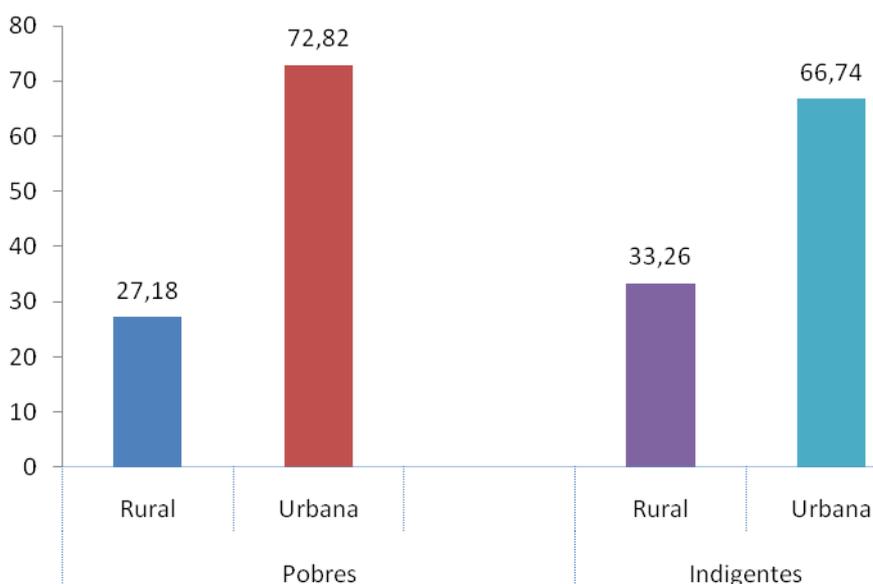


Figura 2 - Percentuais da população pobre e indigente classificadas segundo a situação de domicílio.

Fonte: PNAD, 2009.

Percebe-se, assim que a maioria da população, tanto de pobres como de indigentes estava concentrada nas áreas urbanas. Atribui-se este resultado ao fato de que muitas destas pessoas deslocaram-se para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida, ou em busca de empregos que gerassem uma renda melhor para sua sobrevivência. Ao contrário disso, o que ocorreu foi uma grande concentração desta fatia da população nas periferias das cidades, aumentando ainda mais os níveis de pessoas pobres e indigentes. Isto porque ao chegarem aos centros urbanos às pessoas se depararam com outra realidade, obrigando-se a trabalhar em serviços braçais, que geraram uma mão-de-obra barata, uma vez que essas pessoas não eram qualificadas para os trabalhos de boa remuneração, conforme afirma Nascimento (2004).

Com relação à raça ou cor, declaradas pela população trabalhadora pobre e indigente, no momento da pesquisa, nota-se, segundo a Figura 3, que predomina a cor branca, sendo 71,59% de pobres e 87,79% de indigentes. As pessoas que se declararam serem da cor ou raça, parda, negra, amarela ou indígena, aqui neste estudo classificadas todas como sendo “não brancas” representaram 28,41%, da população pobre e 12,21% da população indigente.

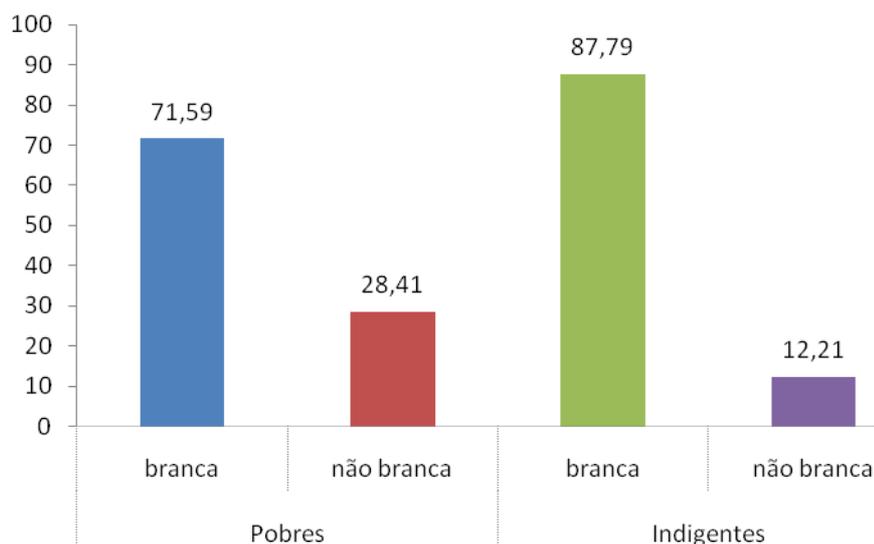


Figura 3 - Percentual da população pobre e indigente, de acordo com a cor ou raça

Fonte: PNAD, 2009.

Na Figura 4 tem-se o percentual de pobres e indigentes que não trabalhavam e nem estudavam, as que trabalhavam e estudavam e as que só estudavam e também as que somente trabalhavam. Em relação às pessoas que não trabalhavam e nem estudavam, esses percentuais correspondem a 28,63% e 27,48% das populações pobres e indigentes, respectivamente. Em relação ao fato de trabalhar e estudar nota-se que total da população pobre (533.727 pessoas),

4,70%, declararam trabalhar e estudar, ao mesmo tempo. Um percentual, que no caso dos indigentes (258.513 pessoas), corresponde a 2,77%. Ainda no mesmo gráfico é possível também observar os percentuais da população pobre e indigente que somente estudavam. No caso da população pobre, 30,20% declararam estar apenas estudando, um percentual que no caso das pessoas indigentes corresponde a 33,03%. Finalmente, as que se declararam estar somente trabalhando, observou-se que 36,47%, das pessoas pobres, somente trabalhavam, um percentual que correspondeu a 36,72% no caso da população considerada indigente.

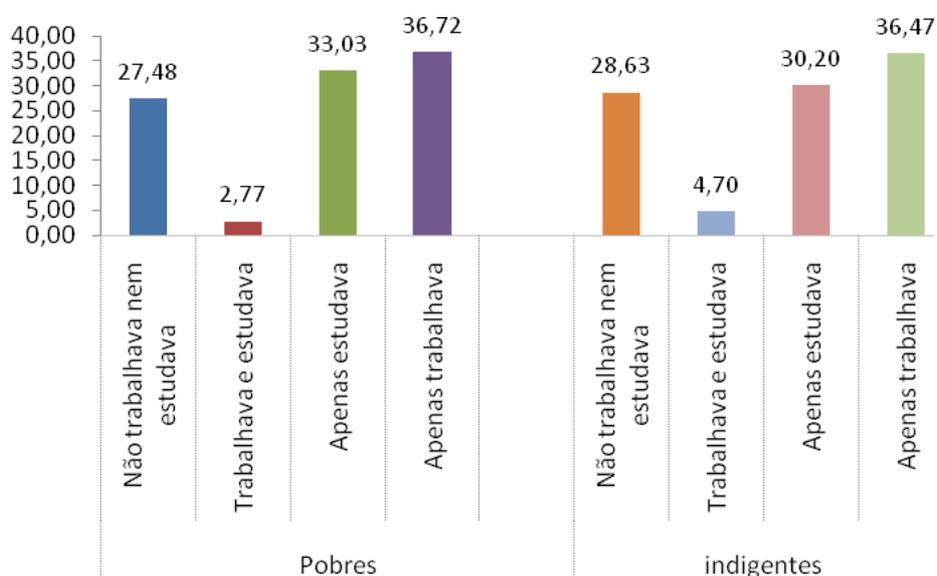


Figura 4 - Percentual da população pobre e indigente, de acordo com o fato de trabalhar (ou não) e estudar (ou não).

Fonte: PNAD/2009

A Figura 5 apresenta o percentual dos pobres e indigentes, de acordo com sua faixa etária. As estatísticas revelam de forma expressiva que do total da população pobre, 30,76% são pessoas com idade entre 25 e 44 anos, uma faixa etária que no meio da população indigente corresponde a 25,64%. Outro percentual que chama a atenção é que, da população pobre, 25,39% são crianças com idade entre 0 e 10 anos. Em meio à população indigente o total de crianças com idade entre 0 e 10 anos é de 27,02%.

Entre 15 a 24 anos os índices de pobreza e indigência diminuem de forma significativa. Acredita-se que essa redução se deve ao fato desses adolescentes já estarem com um nível educacional mais elevado e, por consequência, de alguma forma estarem trabalhando e recebendo uma renda mais elevada.

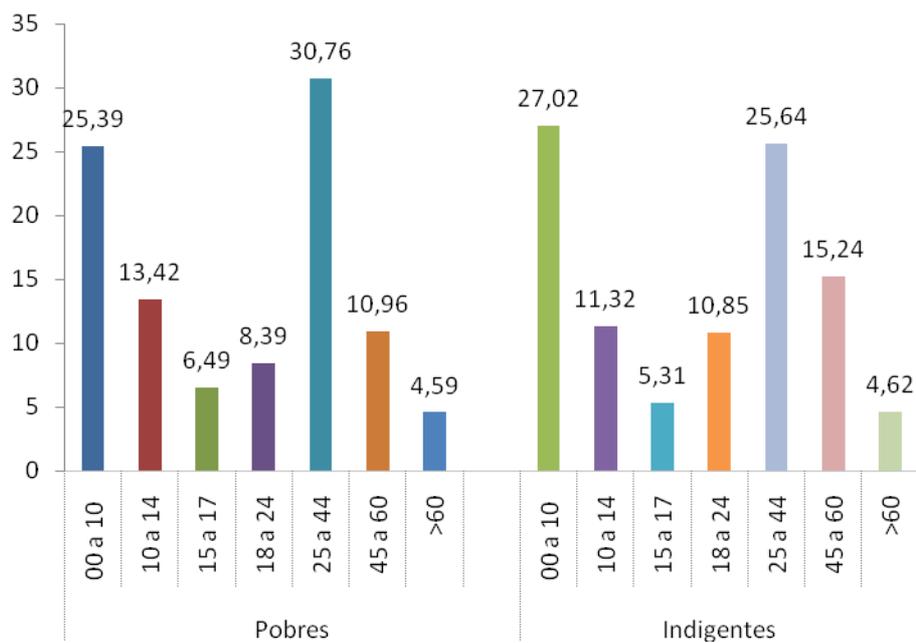


Figura 5 - Percentual da população pobre e indigente, de acordo com a faixa etária.

Fonte: PNAD, 2009.

As variáveis apresentadas na Figura 6 referem-se à condição familiar da população pobre e indigente. Verifica-se, com relação à população declarada como pobre, que 26,84% eram chefes de família, enquanto da população indigente, nota-se um acréscimo, passando para 29,79% do total desta população. Observa-se, também, que 21,14% das pessoas pobres são conjuges, enquanto as pessoas declaradas como indigentes ocorre uma redução, chegando a 17,56%. O que chama muita atenção foi para os percentuais apresentados tanto para população pobre, como para a indigente, refere-se ao número de filhos, que no caso da população pobre, corresponde a 48,32% e 48,03%, no total da população indigente.

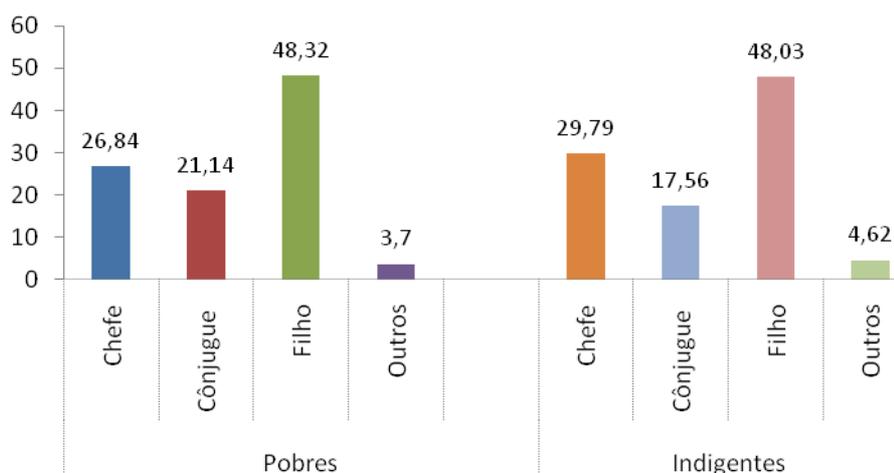


Figura 6 - Percentual da População Pobre e Indigente, de Acordo com a Condição familiar.

Fonte: PNAD, 2009.

No que diz respeito à situação da população pobre e indigente, de acordo com o sexo, a Figura 7 mostra que a maior concentração desta população é de mulheres, tanto para os pobres quanto para os indigentes, representando 51,68% e 50,58%, respectivamente. Quando se fala da população masculina declarada como pobre a indigente, ocorre uma redução dos percentuais, os quais são 48,32% e 49,42%, respectivamente.

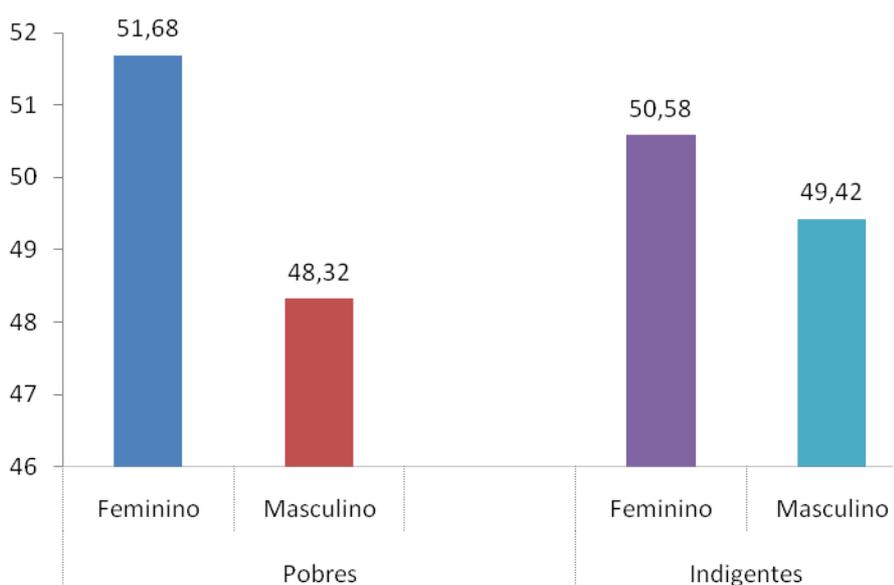


Figura 7 - Percentual da População Pobre e Indigente, de Acordo com o Sexo.

Fonte: PNAD, 2009.

As variáveis apresentadas na Figura 8 revelam percentuais elevadíssimos para população declarada como pobre e indigente que não apresentava nível algum de instrução, sendo 26,51% e 27,71% respectivamente, podemos atribuir estes números ao fato de que existem muitas pessoas com mais de 60 anos que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola enquanto criança, sendo condicionadas a trabalharem muito cedo para ajudar no sustento familiar. Observa-se, também, que 31,21% das pessoas pobres, e 30,95% dos indigentes apresentam apenas níveis de 1 a 4 anos de estudo. Enquanto as pessoas que possuem de 5 a 8 anos de estudo 27,85% são pobres e 22,17% são indigentes. Nota-se que da população que possui um nível de escolaridade de 9 a 11 anos de estudo é muito baixa chegando a 12,86% para os pobres 12,24% para indigentes. Em ultimo lugar nota-se que 1,57% as população declarada como pobre com mais de 11 anos de estudo, ou seja, pessoas terminaram o ensino superior e ainda continuaram estudando, e 6,93% para indigentes.

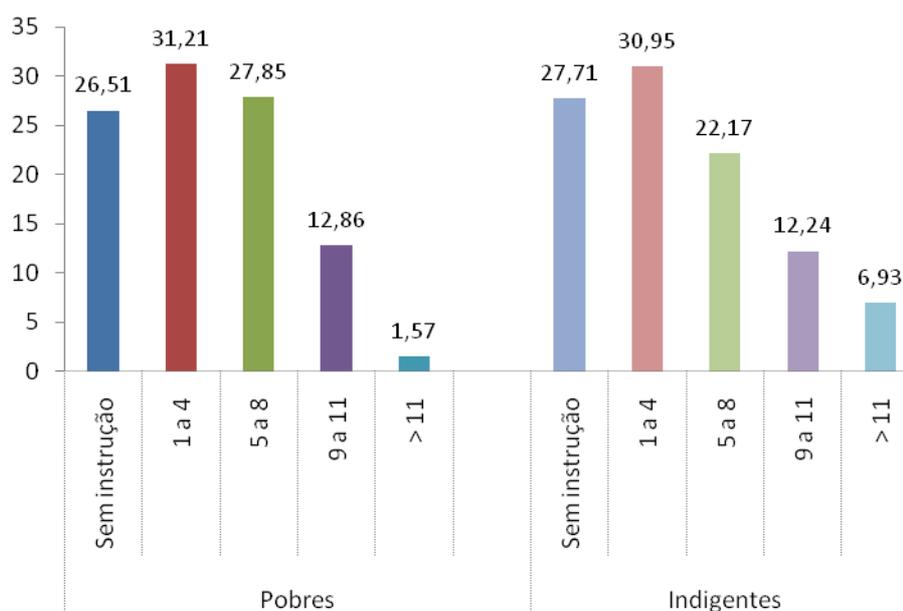


Figura 8 - Percentual da população pobre e indigente, de acordo com a escolaridade.

Fonte: PNAD, 2009

4.2 Análise Econométrica da influência da pobreza e da indigência no Estado de Santa Catarina

Este item objetiva apresentar os resultados dos efeitos marginais das regressões *probit* para a probabilidade de uma pessoa pertencer à classe pobre ou indigente, porém antes de

apresentar estes resultados que serão expostos na Tabela 1, apresenta-se na Tabela 2 a média e o desvio padrão das variáveis do modelo.

Tabela 1 - Média e Desvio Padrão das Variáveis.

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Pobreza	0,1286	0,3348
Idade	33,0560	20,1756
Idade ²	1499,7150	1499,7150
Anos de estudo	6,7894	4,7214
Cor ou raça branca	0,8586	0,3485
Sexo	0,4966	0,3865
Área	0,8207	0,3865

Fonte: PNAD, 2009

A seguir, apresentam-se na Tabela 2 os resultados do modelo econométrico. De acordo com esta tabela o teste da razão de verossimilhança foi altamente significativo, indicando que as variáveis explicam bem o modelo.

Com relação à idade, vê-se pela Tabela 2, que quanto maior a idade, maior a probabilidade de uma pessoa pertencer a população pobre ou indigente. Contudo o sinal da variável idade² indica que a probabilidade de uma pessoa pertencer à população pobre ou indigente, se reduz quando a pessoas atinge idade aproximada de 29 anos. Tal fato já foi documentado por diversos pesquisadores que afirmam que, com o passar dos anos, a pessoa adquire não só maior experiência, como também maior nível de escolaridade, sendo assim, as chances dessas pessoas, conseguirem um bom emprego e por conseqüência, melhoria de sua renda, aumentam.

Com relação ao parâmetro estimado da variável que representa o sexo da população aqui analisada, o sinal negativo de seu efeito marginal indica que as mulheres têm maior probabilidade de pertencerem à população pobre ou indigente quando comparadas aos homens. Quando observamos esse fato, verificamos que por um longo período de tempo as mulheres foram educadas a cuidarem da casa, de seus filhos, dos maridos, deixando de lado a oportunidade de conquistarem sua própria independência, seja ela financeira ou educacional que lhe trouxesse uma melhor qualidade vida. Além disso, infelizmente, ainda existem mulheres que vivem nestas condições, como demonstra o objeto de pesquisa, houve um

grande progresso da sociedade, mas os números ainda chamam atenção e o preconceito ainda existe.

Em relação à zona de residência observa-se que moradores da área rural têm maior probabilidade de pertencer à classe pobre ou indigente se comparados com a zona urbana.

Além disso, a probabilidade de uma pessoa com mais anos de estudo pertencer à classe pobre ou indigente é menor comprado com uma pessoa que possuem menos anos de estudo. Dito de outra forma quanto mais instruída for uma pessoa, menor a probabilidade de ela pertencer à população pobre ou indigente. Estudos como o de UEDA e HOFFMAN (2002), também afirmam que, quando as pessoas têm um maior nível de instrução, elas podem ingressar no mercado de trabalho em empregos que lhes ofereçam uma melhor remuneração, e oportunizando uma melhor qualidade de vida.

Tabela 2 – Efeitos marginais da regressão *probit* para a probabilidade de os catarinenses pertencerem à população pobre ou indigente – 2009.

Variáveis	Efeito Marginal	Teste z
Idade	0,0013	1,70
Idade ²	-0,0000	-4,09*
Anos de estudo	-0,0125	-13,62*
Cor ou raça branca	0,1125	-12,20*
Sexo	0,0131	-2,15
Área ou zona de residência	-0,0700	-8,59
Número de observações	10.317	
Teste da Razão de Verossimilhança	3559.8794	

Fonte: Dados da Pesquisa

Nota: * denota significância a 1%

**denota significância a 5%

Em relação à probabilidade de uma pessoa da cor ou raça branca, pertencer à população pobre ou indigente, esta é menor que a probabilidade de ocorrer tal situação com uma pessoa da cor ou raça não branca, ou seja, parda, negra, amarela ou indígena. Este estudo vem de encontro com os resultados obtidos por outros pesquisadores, tal como Henriques (2003) apud Oliveira e Figueiredo (2004), que afirma que, “os negros representam 45% da população brasileira, mas correspondem a 65% da população pobre, 75% da população de indigentes e os brancos por sua vez são 54% da população total, mas somente 35% pertencem à população pobre e 30% dos indigentes, tem-se a certeza de que nascer negro no Brasil implica maior

probabilidade de crescer pobre” (HENRIQUES, 2003 APUD OLIVEIRA E FIGUEIREDO, 2004, p. 388).

5. Considerações Finais

Esta pesquisa teve por finalidade verificar qual a probabilidade de uma pessoa ser classificada como pobre ou indigente, observando-se a população do Estado de Santa Catarina ano de 2009. Para esta análise foi utilizadas as variáveis idade, idade², sexo, área de residência, anos de estudo e cor ou raça branca.

Para tanto, usou-se como método de estimação o modelo *probit*, e o conjunto das variáveis explicativas foi significativo, sendo que as variáveis apresentaram sinais esperados.

Verificou-se que quanto maior a idade maior a probabilidade de uma pessoa ser classificada como pobre ou indigente. Para que ocorra uma melhoria nesses níveis de pobreza e indigência se fazem necessárias políticas governamentais que aumentem a inclusão de adultos no ensino fundamental e médio.

Viu-se que as mulheres possuem maior probabilidade de serem pobres ou indigentes quando comparada com os homens. Isto ocorre porque elas se designam a trabalhar em atividades domésticas, que não lhes traz remuneração salarial, cuidando da casa, dos filhos, do esposo. Muitas acabam abandonando seus estudos para se tornarem mães, esposas e donas-de-casa. Para diminuir essa diferença, seria necessária uma mudança de cultura e até mesmo na tradição familiar, pois muitas mulheres trazem consigo uma herança cultural transmitidas pelas mulheres da família, mães e avós que ensinavam desde muito cedo que a mulher estava predestinada a cuidar de sua família.

No tocante da variável área de residência, verificou-se que as pessoas que vivem em zonas rurais possuem maior probabilidade de serem pobres e indigentes, mesmo considerando o fato de que muitas pessoas migraram para as áreas urbanas em diferentes décadas. Ainda existem diferenças entre essas classes. Para amenizar esse problema faz-se necessário apoio governamental que efetive mecanismos de incentivo a essas famílias. O acesso a escolaridade deveria ser disponibilizado, cursos profissionalizantes específicos para a área agrícola e cursos voltados para as mulheres para que as mesmas obtenham maiores rendimentos.

Na variável ano de estudo, o coeficiente foi negativo, demonstrando que quanto maior o grau de instrução, menor a probabilidade de ser pobre ou indigente. Fica claro que, quanto mais as pessoas estudam e se especializam melhor sua qualidade de vida e de renda.

Com relação à cor ou raça branca, viu-se que estas pessoas possuem menor

probabilidade de serem pobres ou indigentes comparativamente à pessoa de outra cor ou raça. Historicamente os negros foram tratados em condições que os diminuíram comparado com os brancos e, infelizmente, ainda carrega-se essa herança histórica e social, não somente no Estado de Santa Catarina, mas, em todo o Brasil e, mesmo tendo se passado tantos anos, ainda existe uma grande disparidade entre a raça ou cor de uma população. Verifica-se a necessidade de incentivos na qualificação profissional dessas pessoas para que desta forma elas possam disputar melhores colocações no mercado de trabalho, aumentar os níveis de escolaridade e serem mais bem remunerados.

6. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcelo e ARAUJO.C. H. **Bolsa Escola: Educação para enfrentar a pobreza.** Brasília: Unesco, Nov/2002. 152 p.

ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e Mercados no Brasil.** Brasília: CEPAL/DFID, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil.** São Paulo, 2004.

CODES, Ana Luiza Machado. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa.** Brasília: IPEA, 2008.

COSTA, Fernanda Doz. **Pobreza e Direitos Humanos: da mera retórica as obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais.** São Paulo: Revista Internacional de direitos humanos, 2008.

CRESPO, Antonio Pedro Albernz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional.** RAE electron. 2002.

DINIZ, Marcelo B.; ARRAEZ, Ronaldo A. **Trajatória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil.** Brasília: XV Congresso Brasileiro de Economistas,

2003.

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social.** *Estud. Av* [online]. 1998, vol. 12 n. 34, pp. 121-159.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica.** São Paulo: Makron Books, 3. ed., 2000, 846 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 09/fev/2011.

LOPES, José Rogério. **Exclusão social e controle social:** estratégias contemporâneas de redução da subjetividade, 2006.

LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. **Renda familiar e educação como fatores condicionantes do aumento da taxa de fertilidade:** Uma análise para o Paraná. V ECOPAR - Encontro de Economia Paranaense, 2007, Curitiba-PR.

LOPES, J. L. ; SOUZA, E. L. C. ; PONTILI, R. M. . Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI, 2008, Marília- SP. VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI, 2008.

LOUREIRO, A. O. F. & SULIANO, D. C. **As principais linhas de pobreza utilizadas no brasil.** Disponível em: www.ipece.ce.gov.br, agosto/ 2003. Acesso em: 13/11/2010.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística.** São Paulo: Atlas, 3. ed., 1988.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e o serviço doméstico remunerado.** *Rev. Econ. Social Rural.* [online]. 2004, vol. 42 n.2, pp. 341-364.

OLIVEIRA, M; FIGUEIREDO, ND. Crítica sobre Políticas, Ações e Programas de Saúde Implementados no Brasil. In: LOPES, F (org.) **Saúde da População Negra no Brasil:**

contribuições para a promoção da equidade. [Relatório Final – Convênio UNESCO Projeto 914BRA3002]. Brasília: FUNASA/MS, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Educação e Trabalho:** como desenvolver uma relação virtuosa. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em fev/2011.

ROCHA, S. **Pobreza e Desigualdade no Brasil:** o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: Afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003, 244p.

ROCHA, S. **Crescimento, Renda e Pobreza. Como ficam os pobres?** XXII Fórum Nacional 2009 - Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna (Sociedade do Diálogo, da Tolerância, da Negociação), “Programa Nacional de Direitos Humanos”. E Novos Temas. 17 e 20 de maio de 2010

SALDANHA, Lima Claudia. **Agricultura Familiar e Desigualdade:** análise do nível de pobreza do sistema de produção agrícola do Vale do Acre. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2003.

SATYARTHI, K. IPEA: Desafios ao Desenvolvimento. Ed. 26. dez/2006. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/26/artigo29574-3.php>>. Acesso em 20/fev/2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

UEDA, E. M.; HOFFMANN, R. Estimando o retorno da educação no Brasil. **Brazilian Journal of Applied Economics**, v.6, n.2, p. 209-238, abr./jun. 2002.